

ATA Nº13

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 28 de junho de dois mil e dezanove.** -----

-----No vigésimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Elisabete Costa Pequeno e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 26/04/2019;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) DOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS, E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPI_001/2019 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ENCARGOS PLURIANUAIS;** -----

----- **PONTO TRÊS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019;** -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA DO EMPRÉSTIMO PAEL;** -----

----- **PONTO CINCO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA 2019 E 2020;** -----

----- **PONTO SEIS: DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Hermes

Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos, Hugo Jorge em substituição de Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, António Bastião em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Liliana dos Santos Barreira, José Augusto Martins, Maria Pedro Silva, Maria Helena Marques e Paulo Alexandre Ferreira Malta. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, Paulo Sousa, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 26 de abril de 2019.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e nove de abril e vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. Entretanto, informou os membros da Assembleia Municipal que em reunião de conferência de líderes dos grupos municipais têm-se vindo a trabalhar na alteração do Regimento. A proposta de regimento não veio a esta sessão, porque houve um contratempo, e foi decidido adiar a discussão e votação do documento para a sessão de setembro. Em relação às senhas de presença relativas ao ano 2018, informou que o pagamento já foi efetuado. O senhor Presidente deu conhecimento que recebeu um requerimento do grupo municipal do PS a pedir uma série de informações à Câmara Municipal relativamente à prestação de contas, discutida na última sessão e informou que esse requerimento foi remetido à Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que tal como o senhor Presidente disse, o Partido Socialista apresentou um requerimento, no dia 27 de abril de 2019, na

sequência da última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e deixou duas questões. A primeira delas: tendo em conta que já passaram dois meses, desde o envio do requerimento, perguntou se foi registado a resposta da parte da Câmara Municipal. A segunda: o requerimento para além do pedido para se enviar à Câmara também fazia questão que se remetesse a outras entidades e, por isso, perguntou se foi de facto assim que se procedeu. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou de que em relação a esse assunto a informação que tem é que a Câmara Municipal irá responder, às questões que foram formuladas, nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Liliana dos Santos Barreira, José Augusto Martins, Maria Pedro Silva e Maria Helena Marques à sessão de hoje. -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e começou por dizer que é um “apaixonado” por Nossa Senhora de Vagos e nesse sentido vem aqui fazer um apelo à Câmara Municipal para procurar recuperar as Paredes da Torre. Há anos um grupo de pessoas de Vagos iniciou a restauração das Paredes da Torre, valioso património histórico, religioso e cultural do Concelho de Vagos. Não foi possível completar a obra porque a água a uma certa altura, nascendo em catadupa, não permitiu chegar ao fim. Além de ser um valiosíssimo património ligado à história de Nossa Senhora de Vagos é também um local que merece ser recuperado e devidamente descoberto, porque não se sabe o que lá está em baixo. Há que recuperar também o caminho da Senhora. A Câmara podia tomar a iniciativa e, com certeza, não faltará o apoio da Comissão Fabriqueira da Paróquia de Vagos. Outra questão que referiu prende-se com a restauração dos moinhos de vento de São Romão. Há uns anos atrás iniciou-se a sua restauração mas, entretanto, parou, sem se saber porquê. Tendo em consideração que se trata de um património histórico que urge restaurar apelou ao senhor Presidente para que deixe o seu nome ligado à recuperação daquele valioso património municipal. A estrada de cerca de cem metros que os liga ao largo da igreja velha de Santo André, que estava prevista, pode também ser recuperada pelos funcionários da Câmara. Entretanto, fez referência ao “matagal” que se encontra junto à EN109 mesmo no centro nobre da Freguesia de Santo André, junto ao adro da igreja. Aquela situação dá mau crédito da Freguesia e dos seus habitantes. O arranjo urbanístico da rotunda também é uma necessidade, porque está um pouco abandonada. Por último, incentivou o senhor Presidente da Câmara Municipal a convidar a senhora Coordenadora do Bloco de Esquerda, Drª Catarina Martins, a vir a Vagos e a visitar a casa dos avós e dos pais. A casa encontra-se em ruínas, cheia de mato e silvas, cobras e lagartos, mesmo em frente a um restaurante. Para o senhor Deputado esta situação é inadmissível. O senhor Basílio terminou a sua intervenção enviando uma saudação muito especial ao senhor Deputado Óscar Gaspar pela sua eleição para Membro da Direção da

União Europeia de Hospitalização Privada e desejou-lhe as maiores felicidades no exercício do seu honroso cargo. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referindo-se às Festas de Vagos deixou duas notas. A primeira é para dar os parabéns à Banda Vaguense pelo exercício das suas funções, tiveram uma excelente prestação aquando do acompanhamento do famoso artista Herman José. É de salutar o desempenho que tiveram, dignificaram muito a cultura, o Município e as suas gentes. Em nome do grupo municipal do CDS-PP foi endereçado à Banda Vaguense um voto de louvor. A segunda nota tem a ver com a ausência da semana cultural. Foi muito sentida a falta das quermesses que as associações do Concelho trazem e que serve para a angariação de alguns fundos e para promover as atividades a que cada uma se dedica. É sempre positivo quando se pode conciliar uma coisa à outra. O senhor Deputado não estava à espera de uma feira agroindustrial mas foi pena não ter existido um pouco mais e gostaria de saber se houve algum motivo em especial para não ter existido a semana cultural integrada nas Festas de Vagos. Entretanto, perguntou o porquê do Posto Médico de Covão do Lobo ainda não estar a funcionar e pediu o ponto de situação do Orçamento Participativo 2017. Em relação à recuperação da estrada Rines-Sanchequias as alternativas ao trânsito estão caóticas, a sinalética dos desvios é insuficiente, porque só quem conhece a zona muito bem é que consegue circular lá com algum à vontade. O senhor Deputado informou de que existe uma insatisfação muito grande por parte dos comerciantes. É notório que o comércio local está a ter quebras enormes na sua atividade económica. Também existem queixas, por parte de alguns moradores, quanto a rachas nas suas habitações. O que o senhor Deputado quis, com estas chamadas de atenção, foi no sentido de sensibilizar para ver se há alguma forma de atenuar estas situações menos agradáveis provocadas por esta intervenção naquela via. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e referiu que no início do ano fez aqui uma pergunta, relativa ao NATAL(i)A, e quis saber se já foi apurada alguma resposta em relação à fiscalização, que perguntou se tinha existido, nomeadamente à solicitação da animação dos alunos da EPA. Estes alunos tinham sido solicitados a participar e tinha-lhes sido proposto um salário diário e, depois, não foi aquilo que eles receberam. Entretanto, perguntou, também, se há alguma proposta sobre a polémica que se tem verificado nos últimos tempos em relação aos acessos ao centro da vila. Em relação às atividades infantis houve um jovem que não conseguiu participar de uma forma fácil porque não tinha acesso. Mas não só essa situação, idosos que gostavam de participar nas Festas de Vagos e que não conseguiam chegar lá abaixo porque o acesso não é fácil, pessoas com mobilidade reduzida que querem estacionar o carro no estacionamento do anfiteatro e não o fazem porque depois não conseguem subir as escadas, a escadaria é muito longa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e, associando-se às palavras do senhor Deputado Basílio de Oliveira, referiu que é sempre uma honra para o Concelho de Vagos ter um filho desta terra em lugares de destaque e desejou ao Dr. Óscar Gaspar as maiores felicidades no desempenho do cargo para o qual foi nomeado. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra, agradeceu a simpatia das palavras, e referiu que cada um de nós deve fazer aquilo que tem de fazer e, por isso, tenta cumprir com aquelas que são as suas obrigações e não deixar mal ninguém. Entretanto, na linha da intervenção de há pouco referiu que independentemente da resposta, e de outras diligências que possam ser feitas, como o último ponto do requerimento, que o PS endereçou ao senhor Presidente da Assembleia, pedia para o mesmo ser remetido ao Revisor Oficial de Contas da Autarquia, o próprio PS irá fazê-lo já na próxima segunda-feira em carta registada com aviso de receção. Relativamente às Festas do Município felicitou a Câmara Municipal, correram muito bem e os cidadãos de Vagos gostaram e entenderam que foram umas festas dignas deste Município. O grupo municipal do PS, tal como os outros grupos municipais e também a Câmara Municipal, julga o senhor Deputado, receberam uma carta de uma senhora sobre a praia da Vagueira. Não é única carta nesses mesmos termos e, portanto, há uma preocupação de muitas pessoas, de muitos cidadãos sobre o estado de desenvolvimento, o estado das infraestruturas, da praia da Vagueira desde a questão dos passadiços, à “velhinha” questão do multibanco, até ao arranjo de alguns espaços públicos e, portanto, fica aqui mais uma vez a nota de que enquanto Município não se pode perder nem desleixar aquele que é um dos cartões-de-visita de Vagos. Associado também a este ponto, perguntou se este ano está prevista a existência de autocarros para as praias e se sim em que altura, tendo em conta que já começou a época balnear e, tanto quanto se sabe, à data de hoje esses autocarros ainda não existem. Os alunos das escolas do concelho já estão de férias e poderiam estar a aproveitar dessa facilidade. Em relação às Paredes da Torre, também aqui referida pelo senhor Deputado Basílio de Oliveira, sugeriu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que, na linha daquilo que foi feito há dois anos depois dos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, se seria possível, e se seria útil, esta Assembleia fazer uma visita de trabalho a algumas áreas do Concelho, porventura uma ação dedicada em especial ao ambiente. A ideia era começar nas Paredes da Torre, que está francamente mal tratada, para além das questões da necessária valorização, já aqui referidas, há de facto uma degradação grande daquele espaço e, portanto, daí até a toda a zona florestal e até à zona da Vagueira justificar-se-ia, por ventura, uma visita dos membros da Assembleia Municipal no sentido de se ver o que é que lá está, o estado de licenciamento de algumas atividades e se deveriam ou não merecer outro tipo de atuação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou de que a Mesa tomou em boa nota esta proposta e tomará uma decisão após ouvir os outros grupos municipais. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e voltou a referir-se, mais uma vez, à questão do lixo, pois verificou, pessoalmente, que a Câmara Municipal isolou os espaços das lixeiras que existem em algumas Freguesias com fitas e colocou placas. A pergunta que fez é para quando a recolha daquele lixo. A segunda questão vem já desde dois mil e dezassete, desde os incêndios, e que tem a ver com o Agrupamento de Escuteiros de Ponte de Vagos e da sua sede. Estão cerca de cento e trinta miúdos neste Agrupamento de Escuteiros com uma expectativa muito grande. Já se falou por várias vezes do projeto, da candidatura e do avançar das obras e, por isso, perguntou qual é o ponto de situação. A terceira questão prende-se com a estrada Rines-

Sanchequias, e pode ser um falso alarme por parte do senhor Deputado, mas começa a haver uma grande preocupação porque lhe parece que a obra está a ficar atrasada. Neste sentido, pergunta qual é o ponto de situação da referida obra, se realmente, há algum atraso, porque o senhor Deputado tem verificado que o empreiteiro até ao sábado tem andado a trabalhar. Em relação aos comerciantes o custo/benefício não há como amenizá-lo, aquele tipo de obra traz sempre algum prejuízo. Entretanto, referiu-se, também, à questão das acessibilidades e como tal perguntou como estão as obras de reconstrução do Palácio Visconde de Valdemouro e para quando. O senhor Deputado falou, mais uma vez, no embelezamento das rotundas com acesso à A17 e sabe que houve projetos de algumas empresas para fazerem umas obras de arte nas rotundas e, por isso perguntou como é que está o desenvolvimento desse processo. Entretanto, informou de que o grupo municipal do PSD não recebeu nenhuma carta de ninguém da Vagueira, apenas teve conhecimento da notícia através da comunicação social, mas a ser verdade dá razão ao munícipe.

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, porque ao que parece esse órgão reuniu apenas uma vez em dois mil e dezoito. Perguntou, também, se pretende manter esse órgão consultivo ativo. A segunda questão foi dirigida à senhora Vereadora Sara Caladé e prende-se com uma decisão já aqui tomada nesta Assembleia Municipal, a reabilitação da ponte da Fareja. Na altura este assunto foi aprovado por unanimidade, porque todos entenderam que fazia parte de um projeto maior, e foi nesse sentido que aqui foi apresentado. A questão que fez é se há algum projeto em desenvolvimento que possa ser partilhado e que possa ser alvo de algum tipo de auscultação pública, porque está-se a falar de uma zona que é um dos ex-libris de Vagos e para a qual o Partido Socialista gostaria de contribuir com ideias assim que fosse possível. Entretanto, referiu-se às vias e disse que é muito raro haver uma sessão da Assembleia Municipal onde não se faça referência à degradação das estradas no Concelho de Vagos. De facto para quem viaja um pouco por todo o país não pode deixar de reconhecer que um dos principais problemas do Concelho de Vagos é o estado de permanente degradação da rede viária. É evidente que algumas das respostas que se têm ouvido por parte da Câmara Municipal tem que ver com o facto de alegar que não são da sua responsabilidade. Algumas não são da responsabilidade direta, mas a intervenção da Câmara Municipal nesses casos tem de ser um papel de monitorização, fiscalização e de exigência absolutamente fundamental. Nas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, que são aquelas que geralmente surgem pouco antes do ato eleitoral, vê-se sempre a utilização de um alcatrão finíssimo que é atravessado por ervas passado uns dias. Nas que não são responsabilidade da Câmara Municipal vê-se alguma lentidão na eficácia da fiscalização. Basicamente, o que o senhor Deputado queria era perguntar ao senhor Presidente se está satisfeito com o que tem visto no Concelho de Vagos no que respeita à degradação da rede viária, se lhe agrada e se entende que tem estado a fazer um bom trabalho nesse domínio. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por se associar às felicitações ao Dr. Óscar Gaspar, se está nesse cargo é porque o merece e tem de ser reconhecido. Entretanto,

referiu que, por outras funções que tem, teve de dar a volta ao Concelho e é verdade que as vias não estão no melhor estado de conservação, tal como o senhor Presidente da Câmara já aqui o assumiu por diversas vezes. Todos sabem que não existem recursos financeiros para que elas rapidamente possam estar no estado que se gostaria que elas estivessem. Mas, para além disso, passando em todas as Freguesias verificou o investimento que tem sido feito, e felicitou o Executivo Municipal por isso. Esse investimento não se deve só à Autarquia, deve-se também às Juntas de Freguesia e ao trabalho que têm desenvolvido. Portanto, ao senhor Deputado estranha quando vê na comunicação social artigos, que se dizem de opinião, a referirem-se às obras na EN109, entre o Lidl e o pinhal de São João, apontando o dedo à Câmara Municipal sem sequer saberem, porque a Câmara Municipal ainda não deu essa informação, se a competência de ficar com aquela via já está a ser exercida pela Autarquia. O senhor Deputado pede ao senhor Presidente que esclareça esta questão, porque se efetivamente está a ser exercida pela Câmara Municipal terá de intervir naquelas obras e fazer com que a AdRA deixe a via, pelo menos, no estado em que estava. As notícias esta semana foram bastante ricas. Já se falou aqui nas Festas de Vagos, e felicitou a Autarquia pelo cartaz, mas, depois, fica desiludido se for verdade aquilo que leu e nesse sentido perguntou ao senhor Presidente da Câmara se, depois do resultado que teve nas últimas eleições Autárquicas, uma das maiores vitórias de sempre no Concelho de Vagos, tem a necessidade de andar a pressionar as pessoas para não fazer parte de comissões de festas. É que efetivamente se o fez fica-lhe mal e o senhor Deputado gostava de ver essa questão esclarecida. Entretanto, referiu que concorda com a forma como resolveu a situação do conjunto musical Função Pública e também quanto à questão que teve a ver com as Marchas Populares, ou seja, os respetivos adiamentos, mas se tiver oportunidade de explicar um pouco do que se passou seria importante e se eventualmente já há novas datas. O senhor Deputado leu, também, que o ex-Diretor da EPADRV, Fernando Santos, está envolvido num processo judicial e gostaria de saber se, eventualmente, esse processo judicial poderá ter consequências para o Município de Vagos. ---
----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra, e em relação ao projeto/estudo sobre o Palacete Visconde de Valdemouro, referiu que houve uma série de adiamentos no que diz respeito aos fundos comunitários. O senhor Deputado quer saber se há o risco de se perder o financiamento das obras do Palacete, pois seria uma grande perda para o Município. Relativamente às estradas, ouvir falar do custo/benefício e de não haver recursos financeiros, a verdade é uma, quando há grandes investimentos eles são desperdiçados. Entretanto, aproveitou para perguntar se já foi feito a receção total da estrada de Salgueiro/Fontão, porque o que lá está é um desperdício de dinheiro. Realmente houve custo, porque a estrada esteve em obra três ou quatro anos, aquelas pessoas que lá vivem foram massacradas, e o benefício é nulo, a estrada está toda esburacada. Quem faz aquele caminho percebe perfeitamente que estes anos todos de obras não resultaram em nada, e que os recursos financeiros ali investidos foram desperdiçados. Colando esta situação à questão da AdRA o senhor Deputado é de opinião que todos sabem que a EN109, por enquanto, ainda não é responsabilidade do Município, já se aprovou aqui a transferência das vias de comunicação, mas a verdade é que o Município é acionista da AdRA.

Como tal, tem responsabilidade neste processo nem que seja de fazer uma pressão junto da empresa daquilo que está à vista. Fizeram o que fizeram, está lá para todos verem, entretanto, fizeram uma segunda intervenção que ficou igual. Há agora mais um acrescento do ramal e, pelos vistos, não aprenderam com os dois erros que fizeram atrás, porque mais uma vez a estrada ficou praticamente intransitável. Em relação à estrada das Abelhas está lá uma obra bem-feita. Na Vagueira, se por um lado o Município e os munícipes estão de parabéns por mais uma cerimónia de hoje do hastear da Bandeira Azul, por outro lado há duas ou três questões que gostaria de ver esclarecidas: a questão dos nadadores salvadores, saber se está assegurada; se o acordo é feito, há imagem dos anos anteriores, com o NEVA, na parte da praia do Areão. Consultando o *site* verifica-se um apoio de praia no Areão que custou vinte e sete mil novecentos e trinta e um euros e o senhor Deputado pergunta qual é, se é o que se situa na zona central. Entretanto, questionou sobre o orçamento do Animar o Verão 2019 na praia da Vagueira. Ainda em relação ao Animar o Verão o senhor Deputado referiu que se continua a verificar uma lacuna ao nível da diversidade cultural da música. O Município abusa, fora as Festas de Vagos, das bandas *covers*, não há um festival do género do que se vê nos Municípios vizinhos, de aposta de novas bandas de música portuguesa, alargar horizontes a esta gente nova. Por outro lado, também já aqui falado, o porquê do desaproveitar a diversidade cultural e acima de tudo os projetos em rede, de acordo com a CIRA, desperdiçando projetos culturais, como o Festim, por exemplo, que passa por seis Municípios e que é relativamente barato, com um ar diferente e que poderia mostrar que Vagos não são só festas. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que traz a esta sessão duas preocupações. A primeira tem a ver com os orçamentos participativos e disse que a partir de determinada altura deixou de perceber muito bem esta ferramenta que o cidadão tem ao seu dispor. Não sabe bem se está a ser bem utilizada, a quem é que compete o quê e como é que se pode torná-la uma ferramenta ao serviço das comunidades locais e ao mesmo tempo do Município. Vagos oferece, e foi aqui já mencionado por diversas vezes, qualidade. O orçamento participativo de 2017, e as ações que foram previstas para o orçamento participativo, traziam mais-valias para as localidades mas que devem estar ao serviço de todos. Neste sentido, perguntou a quem é que compete o quê e como é que se pode tornar esta ferramenta visível. O senhor Deputado fez uma simples pesquisa na internet e verificou que sobre os orçamentos participativos, ou sobre as obras daquilo que são os orçamentos participativos, não há grande informação. Entretanto, associou-se de uma forma satisfatória àquilo que foram as Festas em Vagos, nomeadamente na área cultural, e não foram só as bandas que vieram. O senhor Deputado não esteve presente mas recebeu ecos bastantes favoráveis do teatro e da música. O que é importante é saber utilizar os instrumentos que se têm e dar corpo e visibilidade e a Banda Vaguense é, de facto, uma via que leva a cultura vaguense mais longe. Mas há mais, às vezes com uma dimensão menor e por isso é necessário ajudá-los a crescer, como por exemplo o teatro que esgotou por duas vezes. Por último, referiu-se à área da educação e deixou duas questões que o preocupam. A primeira diz respeito à EPADRV, porque não é só este estabelecimento de ensino que está em risco e sim a educação no Município

de Vagos e, por isso, ter-se-á de ir mais longe. Iniciou-se um trabalho, que entretanto não foi concluído, e estas notícias não vêm favorecer em nada aquilo que possa ser o trabalho desenvolvido. Vagos é um município relativamente pequeno e as opções não são grandes e o senhor Deputado regista com agrado o término do ano letivo, que terminou bastante bem, houve ações que são de louvar e dignas dum Município como este. A segunda questão prende-se com o futuro, ou seja, com o próximo ano letivo. O senhor Deputado quer saber o que é que a Câmara Municipal tem previsto, e o que é que está a ser preparado, nomeadamente em relação ao futuro do Colégio Nossa Senhora da Apresentação de Calvão, porque neste momento não se sabe até que ponto é que as notícias ajudam a perceber a real situação. Há novos cortes para os contratos de associação, como é que se está a preparar o futuro do Colégio de Calvão, porque é um equipamento imprescindível para o Concelho de Vagos. O que é que a Câmara já fez e está a pensar fazer para prevenir essa situação. Tem de se olhar para a educação como um dos grandes motores da sociedade, porque formar as pessoas ajuda muito para que depois se possa chegar mais longe. Por último felicitou o senhor Deputado Óscar Gaspar pela nomeação, é sinal de trabalho, que muito engradece o nosso Concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para o senhor Vice-Presidente para fazer o ponto de situação sobre o orçamento participativo. -----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que quanto ao projeto Flamingo, oxigenação da Lagoa de Calvão, com iluminação fotovoltaica e com consumo fotovoltaico, o processo está concluído, há apenas uma situação de um dos arejadores que aguarda uns ajustes na fixação que irão ser feitos na próxima semana. Quanto ao Percurso da Lontra, percurso ambiental e turístico em Fonte de Angeão e Covão do Lobo, foi dada formação aos funcionários da Junta para a colocação da sinalética e já é possível ver alguma no terreno. A restante sinalética a ser aplicada já se encontra toda na posse da Câmara Municipal. As brochuras promocionais e os painéis interpretativos também já estão produzidos. Os equipamentos de manutenção já estão instalados em dois pontos, Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Neste momento, aguarda-se que a Federação de Campismo e Autocarabanismo de Portugal indique uma data para homologação do percurso. Após a indicação desta data será instalada a restante sinalética para evitar vandalismos que comprometam a homologação do percurso. Quanto ao Parque de Lazer Rego do Sino, em Santo André de Vagos, está a tratar-se da compra do equipamento necessário. Este processo atrasou porque se está a aguardar pelo projeto do armazém da Junta de Freguesia que já está neste momento adjudicado. E porquê? Porque este Parque é contíguo ao armazém da Junta de Freguesia e a localização ainda não estava definida e com esta indefinição tornava-se difícil avançar para a obra. Quanto à Tenda Tencionada, o recinto das Festas de Ponte de Vagos, aguardam-se definições por parte dos proponentes, porque há algumas complicações relativamente à solução. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou de que recebeu um requerimento do Partido Socialista que à partida não terá sido elaborado pelo mesmo autor do documento que foi aqui apresentado. O senhor Presidente fará a resposta formal e entregá-la-á ao

senhor Presidente da Assembleia Municipal que fará com ela o que bem entender. Entretanto, sobre esta questão disse que o Partido Socialista, e o senhor Deputado Óscar Gaspar, afirmou aqui nesta Assembleia, e está na ata que acabou de ser aprovada, o seguinte: *“O senhor Deputado não consegue perceber o alcance político e económico desta operação. Não conhece nenhum precedente nas Câmaras Municipais aqui à volta, não vê no regulamento de inventário e cadastro que a Câmara Municipal tem, nenhuma abertura para esta operação, e recordou o artigo 25º e seguintes do regulamento, que preveem a questão das amortizações, e esta possibilidade não consta.”* A pergunta que é feita é no sentido de questionar a Câmara Municipal se o regulamento de inventário da Câmara Municipal, que consta do sítio Autarquia, e está publicado na Assembleia da República, se mantém em vigor. O senhor Deputado afirmou aqui que não havia regulamento, no requerimento do Partido Socialista é perguntado se o regulamento está em vigor. Este procedimento está previsto no nº3 do artigo 26º do regulamento e que é o acréscimo de vida útil dos bens. Depois, também falou sobre a simplicidade e a transparência e demonstrou aqui dois quadros onde dizia que a vida útil era de dezasseis anos e passada uma série de anos ainda faltam dezassete anos para completar o previsto. Curiosamente, a obra que aqui foi apresentada, e da forma como foi apresentada torna mais difícil a resposta, nem sequer foi alvo de reavaliação no ano dois mil e dezoito. O que foi solicitado era questionar a Câmara Municipal sobre a correção dos dados referentes ao imóvel com o número de inventário 1129, correspondente à estrada municipal 595, nomeadamente fornecendo uma série de informações, e depois pede uma série de informações. Esta obra trata-se da estrada que liga o Boco à ponte do rio Boco e que liga posteriormente à Quintã. É uma obra que foi feita em dois mil e quatro, foi refeita em dois mil e sete e, por isso, teve uma operação natural que os contabilistas sabem, perfeitamente, que quando há uma nova intervenção o período de vida útil do bem é mudado porque no fundo é como se tivesse lá uma estrada absolutamente nova. A resposta, que vai ser entregue ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, vai ser lida aqui para que os membros desta Assembleia Municipal tomem conhecimento e para que fique tudo esclarecido. Assim sendo, passou à leitura. *“Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentam-se os esclarecimentos às questões técnicas colocadas em requerimento pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, na sequência da Apresentação do Relatório de Contas de dois mil e dezoito, na sessão de vinte e seis de abril da Assembleia Municipal. Pergunta um: Se questione a Câmara Municipal de Vagos no sentido de apurar se o Regulamento de Inventário e Cadastro da Câmara Municipal de Vagos, que consta do sítio da Autarquia e está publicado em Diário da República, se encontra em vigor. Em caso afirmativo, solicita-se informação sobre as normas do referido Regulamento que sustentam a operação de revisão das amortizações do imobilizado realizado no exercício de 2018 e explícitas a página 62 a 65 do documento de Prestação de Contas apreciado na última Assembleia Municipal. Resposta da Câmara Municipal: o regulamento de inventário e cadastro da Câmara Municipal, publicado no Diário da República nº107, II série, de 09 de maio de 2001, encontra-se em vigor e o procedimento da alteração da vida útil dos bens imobilizados está previsto no nº3 do artigo 26º com a designação AV (acrécimo de vida útil). Pergunta dois: Se questione a Câmara Municipal de*

Vagos no sentido de clarificar a oportunidade e a forma de proceder à adequação contabilística à vida real dos ativos”. Seria importante esclarecer, nomeadamente, se o facto de se concluir que um ativo (estrada) terá uma vida útil superior à estimada até ao momento não deveria levar a uma alteração (valorização) do seu valor líquido atual. A resposta: tendo sido identificados alguns casos de imóveis cujo estado de conservação poderia estar desajustado da realidade, quer por via de estimativas da vida útil inicial desajustadas aquando da sua incorporação em inventário quer por beneficiações efetuadas ao longo do tempo, procedeu-se à análise de vida útil de toda a classe da rede viária. Quanto à possibilidade de alteração do valor líquido dos bens prevê o ponto 4.1.11 do POCAL que como regra geral os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que autorizem e que definam os respetivos critérios de avaliação. Tem sido opinião generalizada em seminários que não existem normas que sustentem a reavaliação do imobilizado. Terceira pergunta: Se questione a Câmara Municipal de Vagos no sentido de esclarecer a afirmação da página 61 do documento de Prestação de Contas sobre a aplicação do método das quotas constantes e, nomeadamente, sobre as taxas de amortização definidas no CIBE pela Portaria nº671/2000, de 17 de Abril, aplicadas no quadro da página 64 do referido documento. A resposta: Os bens de imobilizado são sujeitos a amortização pelo método das quotas constantes, segundo as regras definidas no CIBE, onde são definidas taxas de amortização fixadas como regra geral, taxas de amortização a fixar para situações específicas, designadamente bens avaliados para efeitos de inventário inicial e bens sujeitos a grandes reparações e beneficiações. Pergunta quatro: se questione a Câmara Municipal no sentido de esclarecer se os valores da 6ª coluna da tabela da página 64 do documento de Prestação de Contas estão corretos (por exemplo, nas primeiras linhas consta uma taxa de 6% quando os números apresentados levam a supor que a taxa foi de 6,25). A resposta: a taxa de amortização inscrita na 6ª coluna da tabela da página 64 do documento de Prestação de Contas resulta da transcrição das fichas de inventário extraídas da aplicação informática que faz o arredondamento para o número inteiro mais próximo, pese embora o cálculo da taxa de amortização seja feita à taxa efetiva. Trago também, em anexo, a ficha de bens onde consta as amortizações previstas e que sai diretamente da aplicação do POCAL. Pergunta cinco: se questione a Câmara Municipal sobre a correção dos dados referentes ao imóvel número de inventário 9129, correspondente à EM 595, nomeadamente fornecendo informação sobre: a) avaliação e respetivo ano; b) anos de vida útil inicial; c) eventuais alargamentos dos anos de vida úteis; d) taxa de amortização do imóvel; e) cálculo do valor de amortização de 7.228,21€ tendo em conta a avaliação de 460.398,89€ e uma taxa de amortização de 6%; f) evolução do valor líquido do imóvel ao longo dos anos; g) esclarecimento sobre os 17 anos indicados como vida útil restante; h) motivo para revisão da taxa de amortização se não há aumento de vida útil. A resposta: O bem foi avaliado e inscrito em balanço inicial em 2004 pelo valor de 268.800,00€. Foi atribuída uma vida útil inicial de dezasseis anos com uma taxa de amortização de 6,25%. O bem foi objeto de uma grande reparação através da empreitada que culminou com o aumento de vida útil no ano de 2017. Nesse ano foi estimada uma nova vida útil de dezoito anos com uma taxa de amortização de 5,5%, 5,0% para efeitos daquilo que sai da

aplicação. A taxa de amortização anual de 7.228,21€ resulta do valor amortizado de 130.107, 71€ no ano de 2017 aquando da nova vida útil estimada à taxa de amortização de 5,5%. Os dezassete anos indicados como vida útil de dizem respeito ao final do ano de dois mil e dezassete já com um ano de amortização após a nova vida útil estimada em na resposta à d). Não se verificou a revisão da taxa de amortização. A divergência existente nas taxas de amortização do quadro reside no arredondamento referido no ponto quatro. Importa referir que todo o procedimento de análise da vida útil da rede viária foi tratado informaticamente na aplicação de gestão de património em uso no Município que operacionaliza os mecanismos que ela prevê sem que tal signifique que não possam ser cometidos erros, De referir igualmente que a análise efetuada foi objeto de discussão, antes da sua conclusão, com o Revisor Oficial de Contas em reunião realizada na Câmara Municipal no dia 04 de dezembro de 2018.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e referiu que vai ser remetido a todos os membros da Assembleia Municipal esta resposta e os documentos que acabou de receber. Juntamente, também, porque não foi enviada uma vez que não havia sido solicitado pelo grupo municipal do PS, será enviado o requerimento. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião pediu para usar da palavra para fazer uma interpelação à Mesa e referiu que não interrompeu o senhor Presidente da câmara porque o assunto era de interesse para todos e era muito importante que fosse esclarecido. No entanto, quer perguntar ao senhor Presidente da Mesa, porque é uma regra nova que se está aqui a instalar, e esta intervenção está a fazê-la sem qualquer tipo de intenção que não seja perceber como é que poderão funcionar os trabalhos de hoje em diante, o seguinte: primeiro, se conhecia a resposta preparada pela Câmara Municipal, se conhecia porque é que não a enviou ao grupo municipal do PS em tempo útil; se não conhecia este é um procedimento absolutamente caricato e desleal apresenta-lo exclusivamente aqui sem dar conhecimento antes à mesa da Assembleia; segundo, o requerimento que se está aqui a falar não foi colocado no ponto antes da ordem do dia, o grupo municipal do PS não perguntou à Câmara Municipal aqui para obter esta resposta. O senhor Deputado quer saber se vai ser prática, serem introduzidos temas que não são colocados como ponto no período antes da ordem do dia. O senhor deputado não vê inconveniente nenhum que isso passe a acontecer mas o que lhe parece mais adequado é os membros da Assembleia Municipal serem informados disso ou então colocarem o assunto como ponto na ordem do dia. Conhecer uma resposta a um requerimento que é um procedimento extremamente formal, e que exige uma resposta formal da Câmara Municipal pela mesma via que foi enviada, e agradecendo ao Presidente da Câmara as respostas aqui dadas e o esforço que foi feito, por esta via não é o mais adequado, porque impede o debate de forma leal e nas costas da Mesa da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a Mesa não tinha qualquer conhecimento da resposta da Câmara Municipal, apenas tinha a informação do senhor Presidente da Câmara que iria prestar os esclarecimentos nesta sessão. O senhor Presidente entendeu que este era o período adequado para a Câmara Municipal prestar esses esclarecimentos, e não outro, porque senão teria sido agendado um ponto da ordem de trabalhos. A intenção era esclarecer de

forma cabal esta situação e tendo em conta que o senhor Deputado Óscar Gaspar também levantou esta questão na última sessão. Em relação à prática futura, o senhor Presidente considera que o mais importante, no período antes da ordem de trabalhos, é que sejam tratados assuntos de relevo e de importância para o Município. Este é um assunto importante e que merece esse esclarecimento, independentemente da metodologia utilizada para o fazer. A responsabilidade da resposta e do seu “*timing*” é da Câmara Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal o que fez foi endereçar o pedido de esclarecimentos, que lhe foi submetido, à Câmara Municipal que entendeu dar a resposta hoje. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu para usar da palavra e referiu que já se está à uma hora no período antes da ordem do dia. O artigo 22º do regimento diz que o período antes da ordem do dia é de uma hora. O senhor Presidente da Câmara teve o tempo que teve para utilizar, e utilizou-o como entendeu e o senhor Deputado não vê que haja algum motivo para lhe voltar a ser dada a palavra. Se entendeu que era só um ponto que merecia a sua leitura demorada os membros da Assembleia Municipal não têm nenhuma culpa da gestão de tempo que foi feita. Se assim for obrigará os membros da Assembleia Municipal a estarem aqui mais meia hora a ouvir o senhor Presidente da câmara em flagrante violação do regimento deste Órgão. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins pediu para usar da palavra e informou de que tomou nota das horas e este ponto começou às dezoito horas e quarenta e sete minutos, terminou às dezanove e trinta e foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder. Portanto, o senhor Presidente falou seis ou sete minutos. A pergunta do senhor Deputado é a seguinte: “*A Mesa porque tem uma hora não pode dar o mesmo tempo ao senhor Presidente?*” O senhor Deputado referiu que fica surpreendido com isto da tal ilegalidade das respostas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que compete à Mesa gerir os trabalhos. Tem sido feita uma gestão de tempo que não tem sido cronometrada precisamente porque o regimento não tem essa quantificação de tempos. Tem sido feita uma gestão por parte da Mesa, com respeito pelos princípios da igualdade e equidade e de dar a oportunidade a todos os membros para se exprimirem e para que o debate seja sério e responsável. Já houve muitas Assembleia Municipais em que o período antes da ordem de trabalhos prolongou-se quase até às duas horas de duração, como foi o caso da última sessão, e não se ouviu nenhum dos membros preocupados com essa situação nesse momento. O senhor Deputado Óscar Gaspar na última sessão fez uma apresentação e não houve qualquer limitação de tempo, porque a Mesa entendeu que o assunto era suficientemente sério para não se estar com a preocupação em termos de tempos, até porque não há forma de o controlar de modo a ser justo e correto com todos os intervenientes. Este é um assunto que tem sido debatido em sede de discussão de proposta de regimento que futuramente virá dar resposta a este tipo de questões. Ao senhor Presidente da Assembleia Municipal não lhe parece que seja justo nesta sessão deixar todas as perguntas aqui colocadas sem resposta por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra, concedida pelo senhor Presidente da Assembleia e referiu que a Câmara Municipal recebeu um requerimento, após a

última Assembleia Municipal, onde foram colocadas várias questões e foram trazidas a esta sessão as respostas. Foi dada resposta ao Partido Socialista dando conhecimento a todos os membros desta Assembleia Municipal. O senhor Presidente, honestamente, não vê em que é que isto é desleal e falta de transparência, pelo contrário, falta de transparência foi o Partido Socialista que mandou diretamente para o Presidente da Assembleia Municipal para este pedir à Câmara Municipal. Não queriam que o senhor presidente esclarecesse todos os membros da Assembleia Municipal? Terão ficado descontentes com as contradições que estão nas afirmações que fizeram e no documento que enviaram? Perguntou. Entretanto, passou a responder às restantes questões que foram levantadas. No que respeita às Paredes da Torre, o caminho da Senhora e moinhos de Santo André são projetos antigos do Município, que dizem muita às pessoas, e é objetivo da Câmara Municipal olhar por eles. Em relação aos moinhos de Santo André tem-se vindo a falar com a Junta de Freguesia para os reativar. No que respeita ao caminho da Senhora há uma área prevista ao nível do Plano Diretor Municipal para implementação de um projeto turístico. Tem havido conversações com a Comissão da Fábrica da N^a Sr^a de Vagos, que já adquiriu alguns terrenos, para se implementar um projeto em conjunto. Relativamente ao matagal junto à EN109 é um dado importante mas ter-se-á de aguardar pela transferência desta via para o Município, até à data essa continua a ser uma competência da Infraestruturas de Portugal. O arranjo das rotundas, em relação a uma delas, a de Soza, a Câmara Municipal tem vindo a falar com uma empresa de Vagos que quer fazer lá uma intervenção. Em relação à rotunda de Santo André tem havido conversações com um artista plástico vaguense que já tem uma ideia para aquele espaço, que não foi ainda apresentada formalmente mas irá ser brevemente. Em relação ao terreno da família da Deputada Catarina Martins o que se poderá fazer é notificar o proprietário para proceder à limpeza. O senhor Presidente irá dar indicações ao Gabinete de Proteção Civil para que tome as devidas diligências. Entretanto, felicitou o senhor Deputado Óscar Gaspar pela sua recente nomeação. Em relação às Festas de Vagos subscreveu as palavras do senhor Deputado Antonio Bastião no que à Banda Vaguense diz respeito. De facto, foi um momento muito bonito. Mas não foi só a Banda Vaguense houve uma série de artistas que fizeram parte do cartaz da Festa: a Banda Vaguense; os Soul Freedom; os jovens da Escola de Música de Calvão, que colaboram com os Expensive Soul. Estas coisas não acontecem por coincidência e houve uma série de questões que foram sendo trabalhadas em conjunto com as entidades que vão aparecendo e propondo este tipo de projetos culturais. Em relação há semana cultural o senhor Presidente referiu que lhe pareceu que o CDS não era muito a favor dos moldes em como decorreu esta atividade nos anos anteriores. Pelo menos de acordo com alguns comentários que foram aqui feitos por diversas vezes. De todas as formas foi pensado em não fazer este ano e de se reformular e repensar o modelo da semana cultural em termos futuros. Em relação ao Posto Médico do Covão do Lobo a Câmara Municipal continua a pressionar o ACeS que continua a dizer que faltam médicos e porventura poderá ter chegado o momento da Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tomarem medidas mais ativas para preservar os direitos dos cidadãos, porque na altura em que se está é fundamental que o Posto Médico de Covão do Lobo não fique mais tempo encerrado. Como se sabe não compete à

Câmara Municipal colocar lá os médicos. Tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo têm vindo a tentar agendar reuniões com ACeS para se discutir o assunto mas a resposta é sempre a mesma, isto é, não há médicos e não se pode garantir a abertura deste Posto Médico tão importante para a população da zona sul do Concelho. O orçamento participativo foi um processo de aprendizagem, é da autoria da Câmara Municipal de Vagos e de quem apresentou os projetos. Há um promotor do projeto, tudo o que é solução técnica é da responsabilidade de quem apresenta o projeto e a Câmara Municipal o quem feito é implementar as soluções técnicas que lhe são apresentadas. O orçamento participativo é um processo que terá de ser melhorado num próximo procedimento. A questão rede viária, é verdade que se têm recebido críticas pelo mau estado da rede viária que terá de ser melhorada, mas também é verdade que a maior parte das críticas que se têm recebido agora dizem respeito a intervenções que estão a ser feitas. Há sempre custos inerentes mas que se espera que no futuro possam ser compensados pelas mais-valias que estas obras vão trazer. De momento, em relação ao comércio em Ponte de Vagos foi articulado fazer as obras na altura em que a maior parte dos comerciantes entendiam que seriam menos prejudiciais. Este tipo de obras traz sempre alguns inconvenientes e o que se tem tentado fazer é minimizar alguns problemas. A obra Rines-Sanchequias está, de facto, atrasada e a Câmara Municipal tem pressionado o empreiteiro nesse sentido e lembra-o que os prazos são para cumprir. Em relação à NATÁL(I)A a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com a Escola Profissional de Aveiro que cumpriu na integra. Já foi feita uma reunião de balanço mas ainda não ficou decidido como é que se vai fazer no futuro e, portanto, as preocupações aqui transmitidas pela senhora Deputada Patrícia Ferreira serão apresentadas numa próxima reunião no sentido de perceber o que é que se passou. Quem faz o protocolo com a câmara também tem de cumprir com as suas obrigações e ter-se-á de verificar se as mesmas foram respeitadas. Relativamente aos acessos ao centro da Vila irão ser melhorados com a intervenção no Palacete. Esta obra irá resolver uma parte do problema, e não todo o problema. Em relação ao financiamento para as obras do Palacete este está garantido, não há risco de o perder, porque o final do período dos Fundos Comunitários é dois mil e vinte e, portanto, ainda está tudo dentro do prazo. Tem havido algumas questões que têm vindo a ser ultrapassadas, nomeadamente com a Autoridade Nacional da Proteção Civil e com a Direção Geral da Cultura de Artes e Espetáculos. O projeto de execução estará terminado até ao final de junho, pelo menos era essa informação que havia, e pronto para ir a reunião de Câmara para aprovação e para posteriormente entrar em fase de concurso público. No que respeita às Festas de Vagos, e sobre o artigo de opinião que saiu no Jornal O Ponto, na sua última edição, o senhor Presidente vai procurar não responder muito ao que foi escrito, porque tem dificuldades em aceitar quem de forma anónima e cobarde usa um meio de comunicação social para dizer coisas que não correspondem à verdade. Aquilo que aconteceu foi que havendo uma putativa comissão de Festas o senhor Presidente solicitou uma reunião à qual só apareceu um elemento. Nessa reunião o que foi transmitido a esse elemento, e estavam presentes o senhor Presidente de Câmara, a senhora Vereadora Dulcília Sereno e um dos adjuntos, foi que a Câmara Municipal não organiza as Festas

sozinha. Há aqui uma componente religiosa que é organizada pela Comissão da Fábrica da Igreja em conjugação com o Padre de Vagos. Em segundo lugar esta Câmara Municipal, nem a anterior, nunca atribuiu nenhum subsídio a nenhuma Comissão de Festas. O que a Câmara Municipal fará com qualquer Comissão de Festas que queira vir ajudar a organizar as Festas, que são da Vila mas que foram adotadas há muitos anos como sendo as Festas do Município, é articular a agenda, articular todos os espetáculos e a Câmara Municipal pagará uma parte que vier a ser acertada. Para a parte que ficar da responsabilidade da Comissão de Festas esta terá de se responsabilizar pelos gastos, como acontece com as outras Comissões de Festas das outras Freguesias do Concelho. A Câmara Municipal não quer ter o exclusivo, o Presidente da Câmara não quer ser o juiz das Festas de Vagos, nem os senhores Vereadores querem ser mordomos, mas enquanto não houver Comissão a Câmara Municipal assumirá estas Festas como as Festas do Município e será assim que serão encaradas no futuro. Este ano as Festas correram extraordinariamente bem, e possivelmente terá sido isso que suscitou esse artigo anónimo e cobarde, e correram bem para todos e não só para a Câmara Municipal. Em relação aos passadiços já foram intervencionados. O multibanco na praia da Vagueira já está a funcionar. Em relação às infraestruturas estão a ser requalificados os balneários que ficarão prontos na próxima semana. O Largo Parracho Branco também está a ser requalificado onde vai ser colocado um equipamento novo para servir de Posto de Turismo e de apoio ao protocolo que a Câmara Municipal tem com a Rota da Bairrada. O posto de Turismo antigo passará a ser a Biblioteca de Praia. Relativamente aos autocarros para as praias do Concelho eles estarão operacionais no mês de julho e funcionará no mesmo modelo do ano passado. Em relação à ação dedicada ao ambiente o senhor Presidente concorda e a Câmara Municipal, se os senhores Deputados assim o entenderem, participará nela. A questão dos lixos e das montoeiras ainda não foi feita a intervenção na Ponte de Vagos porque abriu-se um procedimento, para apresentação de propostas para a recolha daquele material, que ficou deserto. A Câmara Municipal está a articular com as Juntas de Freguesia para que possam também receber alguns resíduos, está a fazer alguma ações de sensibilização e em breve irá reforçar com a ERSUC o número de ecopontos existentes no Concelho. No que respeita à sede do Agrupamento de Escuteiros de Ponte de Vagos a Câmara Municipal contestou o Fundo Social da União Europeia e a comparticipação que foi atribuída. A resposta já chegou e a contestação não foi atendida e, neste momento, está para se tomar a decisão, que terá de ser nos próximos dias, porque a obra terá de estar terminada até final de outubro. Em relação ao Concelho Municipal de Segurança será convocado em breve. A reabilitação da Ponte de Fareja o que aqui foi aprovado foi o Interesse Público da recuperação da própria ponte, e que tem a ver com os percursos do outro lado do rio, do lado nascente. A senhora Vereadora Sara estará disponível para mostrar os projetos a quem quiser ver e dar opinião. Em relação às vias de comunicação e à estrada EN109 não é uma situação fácil, porque as obras não podem ser feitas. Neste momento, as Infraestruturas de Portugal ainda não cederam ao Município a competência de gestão da EN109. Enquanto isso não acontecer a Câmara Municipal nada pode fazer, porque são eles que licenciam e autorizam os trabalhos que estão a ser executados e em todos os trabalhos eles obrigam a que a obra esteja

dois meses a compactar antes de fazerem a pavimentação total. É uma regra que eles têm e da qual não abdicam. Entretanto, ter-se-á uma incongruência, ou seja, há três obras a decorrer na EN109: de saneamento, que irá ser pavimentada brevemente; zonas de medição e controle, obras executadas junto à Biblioteca Municipal que terão outro prazo; a conduta adutora, que vai desde o depósito da água do Cabeço das Pedras até ao depósito da água do Bairro da Corredoura para reforçar este último com água que vem do Carvoeiro, fazendo assim menos uso do lençol freático. Posto isto, ter-se-á de aguardar mais dois meses pela pavimentação daquela via. Mas estas são as regras do IP em qualquer estrada nacional e não abdicam delas. Enquanto essa competência não for da Câmara Municipal o que se pode fazer é somente exercer o poder de influência junto da AdRA, que também não tem poder de decisão porque depende daquilo que é autorizada pelas Infraestruturas de Portugal. Em relação ao processo da EPADRV o senhor Presidente não pode falar muito sobre o assunto porque também não tem informações sobre o mesmo. Aquilo que sabe é o que veio na comunicação social. A EPADRV é uma escola com dificuldades mas a Câmara Municipal tem estado a lutar ao lado deste estabelecimento de ensino para vencer todas as dificuldades que surjam. Relativamente à estrada Salgueiro-Fontão, realmente, a obra correu mal. Não é uma obra que tenha dado em nada, porque aquela obra lá por baixo tem muito investimento nomeadamente o saneamento e as águas pluviais. De qualquer forma a Câmara Municipal ainda não fez a receção provisória da obra e isso está articulado com o empreiteiro para que ele faça em breve a pavimentação total. A Câmara Municipal é acionista da AdRA, e o senhor Presidente também é Presidente do Conselho Fiscal da AdRA, mas uma coisa não tem a ver exatamente com a outra. A questão dos nadadores salvadores e do apoio de praia no Areão, tudo isso está a ser articulado com o protocolo do NEVA. Esta modalidade tem corrido bem e por isso continuamos com ela nos mesmos moldes dos anos anteriores. O Apoio de praia, a concessão é do Município e só depois é que é colocado no protocolo com o NEVA, que o concessionaria. Na altura foi feita a candidatura à concessão porque era preciso ter os apoios de praia para que pudesse ser atribuída Bandeira Azul à praia do Areão. Em relação à diversidade cultural o senhor Presidente considera que no programa Animar o Verão 2019 ela existe, com novas bandas portuguesas e de Vagos. Em relação ao futuro da educação, ir-se-á discutir a seguir a transferência de competências. O Município quer ficar com a transferência de competências na área da educação. Sobre a questão do Colégio de Calvão é para manter, são os planos da Câmara Municipal. Este acordo feito com o Colégio de Calvão, para a utilização das instalações, é muito útil para o Concelho e para o estabelecimento de ensino; para o Colégio porque permite ter uma receita que o ajuda a resolver algumas questões do imediato; para o Município porque no acordo que foi feito com o Seminário, que é a representação da Diocese e o Colégio, ficou definido que os valores que a Autarquia pagar nesta utilização poderão ser descontados no futuro, caso o Município queira adquirir aquelas instalações. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e perguntou se o senhor Presidente tem alguma informação adicional relativamente à falta de propostas para a requalificação da habitação social do Bairro Dr. Pedro Guimarães. Não foram apresentadas propostas e o senhor Deputado quer saber se o senhor Presidente tem alguma explicação mais detalhada sobre este assunto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor presidente da Assembleia Municipal já informou de que está a ser desenvolvido, pelos líderes dos grupos municipais, algum trabalho sobre o Regimento da Assembleia Municipal. Neste sentido, o senhor Deputado considera importante informar os membros da Assembleia municipal que um dos assuntos que se tem falado prende-se, precisamente, com a informação do senhor Presidente da Câmara e, por isso, espera que esta seja a última vez que se esteja perante um documento de sessenta páginas que na sua opinião é absolutamente inútil. O único ponto que se atreve a referir, das sessenta páginas, tem a ver com o nível de execução. As despesas de capital estão, neste momento, com uma taxa de execução de 14%. O senhor Deputado Nuno Moura há pouco referiu que *“sabemos das necessidades mas nem sempre é possível fazer face a elas porque não há condições financeiras”*, mas o que há é falta de capacidade de execução do orçamento. Entretanto, referiu que é inacreditável que nesta informação, e na sequência das Festas de Vagos, não haja relevância às Festas de Vagos. Por outro lado viu-se, há cerca de duas semanas, que a Câmara Municipal de Aveiro apresentou a candidatura a capital europeia da cultura e o engº Ribau Esteves fez questão de mencionar que aquela era uma candidatura não apenas do Município de Aveiro mas da CIRA e de todos os Municípios adjacentes. Assim sendo, o senhor Deputado ficou surpreendido por esta informação não constar neste documento o que o leva a pensar que este assunto ou não é relevante para Vagos, ou Vagos não teve nenhum tipo de intervenção nesta candidatura, ou o engº Ribau Esteves utilizou isto de uma forma eufemística, um plural majestático que não correspondia totalmente à verdade. Uma candidatura à capital europeia da cultura tem muito interesse e pode ter muita importância, não é coisa de somenos e, portanto, independentemente do que a Câmara fez, ou não fez, de estar na informação do Presidente, ou não estar, a verdade é que se não fez devia ter feito. Se não fez ainda está a tempo de fazer e é importante que de facto tenha alguma atividade a esse nível. A segunda questão que coloca, e que também não consta do documento, é sobre o Q’NICE. O senhor Deputado nunca tinha ouvido falar do Q’NICE mas pelo que leu no regulamento, que está na internet, é um programa de ocupação dos jovens com aplicação durante todo o ano. Ao senhor deputado espanta-o que algo tão importante, não só para o Município mas também para uma eventual articulação entre a Câmara Municipal, os jovens e o Agrupamento de Escolas, passe despercebido. Neste, como em outros

casos, fica a dúvida sobre o que é que é trazido à Assembleia Municipal, ou seja, se são as questões relevantes para o desenvolvimento do Concelho ou se muitas vezes vem aquilo que é estritamente obrigatório pela lei, e em relação a isso não se pode fugir, ou então a pequenos “*faits divers*” que só servem para entreter. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e, respondendo à questão colocada pelo senhor Deputado Jorge Pereira, disse que não houve candidatos porque provavelmente nenhum empreiteiro considerou importante responder por aquele valor. Esta situação foi a primeira vez que aconteceu no Município de Vagos mas, hoje em dia, é o “*prato do dia*” em obras deste género. O que aconteceu foi que a Câmara Municipal cancelou esse procedimento, aumentou o valor, em mais cem mil euros, e lançou novo concurso, que foi presente à última reunião de Câmara. Em relação às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar realmente foi um lapso não ter incluído neste documento o Q’NICE e as Festas de Vagos. Sobre a questão da capital europeia da cultura o Município foi convidado para estar presente no lançamento da candidatura em São Jacinto, que decorreu no dia da estreia da peça “Operação 38”, do Grupo de Teatro O Fantástico, e o senhor Presidente não pôde estar presente, porque esteve na apresentação da peça, mas esteve a senhora Vereadora Dulcínia Sereno. Formalmente, a informação que o senhor Presidente tem, no âmbito das reuniões da CIRA, é que irão ser convidados a tomar parte, ainda não foi e por isso é que não está aqui qualquer referência neste documento. Por enquanto o Município ainda só foi convidado para o evento do lançamento da candidatura e esteve presente. Relativamente ao Q’NICE é um programa que foi aprovado em sede de reunião de Câmara e que o senhor Presidente também desconhecia até então. Na Câmara Municipal estiveram cerca de vinte jovens a serem entrevistados para aderirem ao Q’NICE e na próxima informação do Presidente já haverá, com certeza novidades para trazer. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 06 de junho de 2019. -----

----- PONTO DOIS: FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) DOS MUNICÍPIOS DE ALBERGARIA-A-VELHA, ANADIA, AVEIRO, ESTARREJA, ÍLHAVO, MURTOSA, OLIVEIRA DO BAIRRO, OVAR, SEVER DO VOUGA, VAGOS, E DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO, ENTIDADES QUE INTEGRAM O AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES – CPI_001/2019 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ENCARGOS PLURIANUAIS; -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para ser o senhor Vice-presidente a apresentar este ponto, uma vez que é um assunto que tem estado a ser tratado por ele. -----

----- O senhor Vice-presidente fez uma breve apresentação do assunto, de acordo com a documentação enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal que explica todo o processo concursal. No final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e começou por dar os parabéns por estes concursos e pela redução dos custos de electricidade do Município. Entretanto, fez uma pergunta que se prende com uma notícia, que veio na comunicação social, sobre a cor dos leads e o facto de esta provocar ou não cancro. Uma Câmara Municipal estava a ser contestada pela cor das lâmpadas e o senhor Deputado quer saber se o senhor Vice-presidente tem informação capaz de esclarecer esta polémica, uma vez que o Concelho de Vagos já tem cerca de 25% de iluminação lead. -----

----- O senhor Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que quanto a essa situação, e também leu a noticia, ficou preocupado mas o problema para a saúde pública, e o que está escrito no artigo, é que se trata de temperaturas de cor do lead de cinco mil kelvin para cima, ou seja, tem a ver com o cumprimento da onda onde é emitida a luz. No Concelho de Vagos é utilizada iluminação lead de quatro mil kelvins. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 21 de junho de 2019. -----

----- **PONTO TRÊS: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se fala no documento na questão da alteração da configuração do apoio ao canil, trinta e três mil euros que são anulados e trinta e três mil euros que são reforçados. O senhor Deputado não percebeu, exatamente, qual foi o motivo e, por isso, pediu explicações mais precisas. Supostamente, esta alteração era para esta integração do saldo de gerência, e falava-se de uma alteração micro de cento e noventa e cinco mil euros. Entretanto, verifica-se nos mapas que as grandes alterações são de facto nas vias cicláveis. Não tem nada a ver com o orçamento para 2019, as verbas que são revistas são para 2020 e 2021, portanto em nada afeta e ano. Ao senhor Deputado suscita-lhe perplexidade o valor das obras, ou seja, a pista ciclável da zona industrial de Vagos à A17, cerca de seiscentos mil euros, parece-lhe um valor muito elevado. Entretanto, quis confirmar com o senhor Presidente se o que está aqui em causa é investimentos em via cicláveis, nos próximos dois anos, de um milhão e meio de euros. -----

O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que verificou que no documento constam os cem mil euros transferidos para as obras no Bairro Dr. Pedro Guimarães. O grupo municipal do CDS-PP só tem um comentário, ou seja, por muitas revisões, alterações, retificações, em abril de 2020 verificar-se-á que a execução será entre 75 a 80%. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que em relação às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar tem a ver com a coluna da classificação orçamental.

Houve uma mudança, a intervenção é a mesma, e não é um canil é um centro de recolha e encaminhamento de animais. O canil vai ser a nível intermunicipal e o que vai ser feito serão umas instalações para encaminhar os animais. Neste âmbito tem sido estudada uma forma de resolver a questão e já há uma solução para parte deste problema dos animais errantes e em breve haverá novidades. Está a ser estudada uma solução muito alternativa de encaminhamento dos animais para adoção, nomeadamente usando, ou tentando usar, um protocolo com uma associação de proteção dos animais do norte da Europa. Está a ser preparada uma primeira viagem de exportação de animais para adoção para o norte da Europa, aguarda-se para ver como é que resulta. Sobre a questão das vias, os valores previstos são os que existem em termos de projetos, alguns têm projetos outros não têm projetos, aprovados em sede de reunião de Câmara, uns já com uma estimativa mais certa, os que têm projeto, outros não, os que só estão em anteprojecto. Esta estimativa é dada pelos serviços técnicos que tem mais ou menos uma ideia dos custos. Em relação à candidatura que o Município acabou de submeter, o valor é de dois milhões e duzentos mil euros. É um conjunto muito alargado de ciclovias e também uma parte de intervenção no centro da zona industrial numa obra onde o projeto já foi aprovado e que se vai lançar o concurso. Há várias obras que entram nesta candidatura. Estas foram aqui colocadas porque, como não estavam previstas, precisavam de estar no orçamento para se poder submeter a candidatura. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com as abstenções dos grupos municipais do CDS e do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 21 de junho de 2019. -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA DO EMPRÉSTIMO PAEL: -----**

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que esta decisão é uma “luta” que o grupo municipal do CDS-PP e dos seus representantes tem tido há já alguns anos atrás, esta renegociação da dívida. A questão do PAEL veio a “esta casa” no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito e finalmente há um novo empréstimo um ano e dois meses depois. O senhor Deputado perguntou se este assunto não poderia ter sido muito mais célere e muito mais benéfico para o Município caso tivesse sido dado outro tipo de prioridade ao tratamento desta questão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que o assunto foi tratado quando houve disponibilidade dos serviços. A Câmara Municipal tem neste momento a decorrer uma série de empréstimos de coisas que eram prioritárias. Infelizmente, há poucos recursos humanos nesta área, assim como em outras. Mas um factor a ter em conta, e muito importante, é que nem todos os Municípios podem fazer esta operação, só aqueles que cumprem a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso como é o caso de Vagos. Desde que se contratualizou o PAEL a dívida tem diminuído de uma forma constante e permanente ao longo dos anos. Já se

sabe que este ano não é isso que vai acontecer mas foi bastante alertado pelo senhor Presidente aqui na Assembleia Municipal no sentido de que é preciso fazer investimento, é preciso contrair empréstimo e, portanto, esse ciclo de diminuição de uma média de um milhão de euros ao ano da dívida do Município diminuiu um pouco no ano passado e estagnar-se-á este ano. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 21 de junho de 2019. -----

----- **PONTO CINCO: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA 2019 E 2020;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta que a Câmara Municipal aprovou em reunião do dia 21 de junho de 2019, e que foi enviada atempadamente aos membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e reafirmou que se está a acabar uma legislatura que vai ficar para a história como sendo a que mais poder foi devolvido e compartilhado com as Autarquias Locais. É um grande avanço do país, é um processo muito sério, muito amplo, que envolve muitas áreas, muita legislação. Tem sido feito de forma paulatina e já tem tido alguns resultados. Entretanto, reafirmou a posição do Partido Socialista em termos da transferência em concreto das competências que é de defesa do interesse do Município de Vagos e, portanto, também se entende que não é possível assumir estas competências com um cheque em branco. Por outro lado, em relação ao processo, o senhor Deputado admite que seja um pouco penoso, não só para o grupo municipal do PS mas para os outros também, porque já é a terceira ou quarta vez que este assunto vem à Assembleia Municipal e isto vai arrastar-se por diversas Assembleias e cada vez estes quadros são mais complexos e não se percebe o que é que é transferido e o que é que não é. No caso da educação, supostamente, a transferência já devia ter sido assumida antecipadamente, o senhor Deputado já aqui o disse e quis reafirmar. Por outro lado, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se houve algum desenvolvimento sobre a questão da saúde. Na antepenúltima reunião foi dito que havia uma troca de correspondência com pedidos de esclarecimentos, com o Governo, e na última reunião não houve nenhuma atualização dessa informação. Na sessão de hoje a informação também é omissa. Entretanto, consta na página três, do documento enviado aos membros da Assembleia, que estas datas de comunicação das transferências de competências para dois mil e vinte terão sido adiadas da data de trinta de junho de dois mil e dezanove para trinta de setembro de dois mil e dezanove. A questão é: qual é a pressa? O senhor Deputado não percebe exatamente porque é que numa série de matérias que supostamente ainda são passíveis de discussão e de negociação com a Administração Central se diz já que não se aceitam, quando se tem até trinta de setembro para se pronunciar e havendo até lá uma outra sessão ordinária da Assembleia Municipal e poder ter aqui mais dados finais e, aí sim, tomar uma decisão com base em toda a informação e não apenas com uma informação parcial. A não ser assim fica a ideia que há apenas um interesse político de dizer que não porque não, como aconteceu nas outras Assembleias Municipais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e sinalizou o facto de se estar cada vez mais a assumir as competências, uma ambição da maior parte dos Municípios, em áreas como a educação, a saúde e a cultura. Há cada vez mais Municípios a fazer a adesão, e nesta fase final da legislatura são cada vez mais. O senhor Deputado é de opinião que se justifica continuar a fazer este trabalho, que elogiou, de contacto com os órgãos centrais para defender o Município. Provavelmente, na área da educação houve uma série de contactos que não são conhecidos mas não quis deixar de dizer que o grupo municipal do PS está disponível para ajudar naquilo que for necessário. O senhor Deputado tem conhecimento que houve um conjunto de perguntas que foram feitas mas não sabe que respostas foram obtidas e deixa à consideração do Executivo decidir se é cordial, ou não, partilhar com o grupo de trabalho na área da educação, formalizado nesta Assembleia Municipal, para que este possa contribuir, de alguma forma, para o desenvolvimento deste processo. Em relação às outras competências sinalizou em janeiro ou fevereiro de que havia duas ou três que eram essenciais para o Município de Vagos que são agora assumidas, desde logo a das praias, que faz todo o sentido porque os Municípios vizinhos já o haviam feito na última data para o efeito. O senhor Presidente falou que havia um conjunto de formações na área que eram necessárias mas não se sabe se esse assunto já está ultrapassado. Na altura referiu também que havia falta de recursos, para aquilo que eram as competências na área das praias, e perguntou se essa questão já está ultrapassada. Entretanto, deixou uma sugestão, ou seja, este trabalho deveria continuar a ser feito em conjunto e continua a considerar importante a constituição de um grupo de trabalho para se perceber, por exemplo, na área da educação como é que se está a pensar gerir o processo. O grupo municipal do PS está aqui disponível para continuar a aceitar estas transferências e contribuir para que este trabalho seja bem feito pelo Município. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e, em resposta às questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, referiu que há de facto aqui uma nota de que o assunto poderia ser discutido no dia trinta de setembro de dois mil e dezanove. No entanto, a legislação que permite que isso seja possível só saiu hoje. Aquilo que se sabia na data em que se aprovou o assunto em reunião de Câmara é que a data limite era trinta de junho de dois mil e dezanove, embora houvesse uma informação do senhor Secretário de Estado que não se sobrepõe à lei. Se o assunto já veio aqui três ou quatro vezes ter-se-ia de trazer mais uma vez, porque hoje, obrigatoriamente, tem de ser discutida a questão da educação para o ano letivo 2019/2020. Neste sentido, o Executivo Municipal entendeu ser um pouco mais prático e trouxe hoje, porque já tinha tudo preparado, tudo a discussão e votação. Também ajudava que o Governo tivesse transferido já alguma competência, porque ainda não transferiu nada, estando tudo exatamente na mesma como se estava no início do processo. Sendo que agora o Município manifestou formalmente a vontade de ficar, por exemplo, com a gestão do património mobiliário. Entretanto, descobriu-se, porque o Governo notificou o município, que não havia património mobiliário registado naquelas condições. O Município respondeu com aquilo que achava que era o património, nomeadamente a Martins & Rebelo, a Casa dos Magistrados, a Casa Florestal e a Casa da Antiga Guarda Fiscal na praia da Vagueira. Em relação à estrada Nacional 109 o

Município continua à espera de uma resposta formal do Governo, que já excedeu todos os prazos. Nas praias é exatamente a mesma coisa, ou seja, o Município não ficou com as competências, houve Municípios que ficaram só que estão todos exatamente nas mesmas condições, porque quem tem gerido o processo é a ARH, uma vez que os Municípios não têm de facto a competência. Efetivamente, não há exercício de competências, essa é que é a realidade. Quando o Município diz que está disponível para ficar com a competência para o ano dois mil e vinte é porque entende que terá condições, e tinha de responder até trinta de junho de dois mil e dezanove, para discutir com a Administração Central esta transferência de competência. O que o Executivo está a fazer é o que é melhor para o Município. Quem não tem dado resposta é o Governo. Em relação à saúde o que se sabe até à data é que o Governo não transfere nada, apenas despesa. A Câmara solicitou uma série de esclarecimentos mas até à data não obteve qualquer resposta, por isso é que hoje não veio aqui nada. Com a educação foi diferente, ou seja, foram pedidos esclarecimentos eles foram dados. Os contactos que têm existido têm sido porque o Município tomou a iniciativa e foram muito bem acolhidos e muito bem atendidos pelo adjunto do senhor Ministro da Educação, que esclareceu todos as dúvidas existentes. Por tudo isso, e pela vontade que o Município tinha de ficar com a educação é que foi feito este esforço adicional. Hoje o Executivo da Câmara Municipal está aqui a propor ficar com a educação porque é uma área que realmente quer e por entender que tem condições para receber esta competência. Entretanto, já estão a ser preparadas todas as matérias necessárias para exercer essa competência no ano letivo 2019/2020. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e informou de que o grupo municipal do CDS-PP vai abster-se, indo ao encontro das posições que tem tomado e por este ter sido um processo que é todo ele, uma trapalhada onde ninguém sabe exatamente o que é que tem de fazer. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte (20) votos a favor dos grupos municipais do PSD e do PS, e com seis (6) abstenções do grupo municipal do CDS. O senhor Deputado Óscar Gaspar apresentou declaração de voto: *“Sem pôr em causa aquilo que o senhor Presidente disse, que a posição dos grupos tinha ficado clara aquando da discussão, nós queríamos fazer notar que votámos a favor porque esta votação significa um passo em frente em termos da transferência de competências para o Município de Vagos, apesar de que em alguns dos pontos, obviamente, a votação não devia ter sido feita hoje, preferíamos que ela tivesse sido feita quando tivéssemos todos os elementos para o fazer.”* O senhor Deputado Hugo Jorge apresentou declaração de voto: *“ Eu votei a favor porque acredito que é um caminho, um caminho futuro, mas não quero deixar de manifestar algumas desconfianças em relação, primeiro, à pressa de todo este processo, às incertezas de todo este processo, e não me queria enganar em relação às questões financeiras de todo este processo, mas acho que daqui a alguns meses estaremos com alguns arrependimentos em relação a algumas destas coisas.”* -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 21 junho de 2019. -----

**----- PONTO SEIS: DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL – TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA. -----**

----- O senhor presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta que a Câmara Municipal aprovou em reunião do dia 21 de junho de 2019, e que foi enviada atempadamente aos membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que uma transferência desta competência seria muito interessante se fosse feita com uma perspetiva algo diferente. Na reunião que as Juntas de Freguesia tiveram com o senhor Presidente da Câmara ficou claro que a questão operativa não estava posta em causa, agora está-se a falar questões técnicas com uma complexidade muito grande e, na opinião do senhor Deputado, as Freguesias do Concelho de Vagos dificilmente teriam capacidade para as absorver. Gostaria de estar aqui a dizer que sim, que iam ficar com as competências, até porque era mais uma fonte de receita para as Juntas de Freguesia, e até eventualmente para potencializar e capitalizar as mesmas, mas não, é uma falácia. O ideal é que esta delegação de competências fosse pensada para que no próximo ano, eventualmente, os diplomas fossem revistos e aí, em comum acordo, poder discutir-se com o Município o que é que se pode transferir e não estar aqui no “jogo do empurra”, quem é que faz o quê. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que pretende fazer uma pergunta, que tem a ver com esta decisão sobre uma competência que foi aprovada há muito pouco tempo, trinta de abril, data da publicação. É compreensível um período de ponderação, que é necessário, tal como a outras, e esta em particular que é bastante recente. Esta proposta que aqui é trazida para votação não é propriamente a criação de um grupo de trabalho. Esta é uma proposta de carácter político, que por um lado justifica, e bem, a razão pela qual é necessário criar um grupo de trabalho, através dos considerandos do acordo, e define como é que é criado esse grupo de trabalho. O senhor Deputado presume que este grupo de trabalho vá contar com serviços da Câmara Municipal, é inevitável, e colaboradores das Juntas de Freguesia. Há aqui a adesão de dois partidos a esta proposta, o CDS-PP e o PSD. Há um considerando que foi aprovado que diz que “*o trabalho de elevado nível de qualidade e cooperação institucional que a Câmara Municipal e as oito Freguesias têm vindo a realizar na negociação, acordo, aprovação formal, execução de contratos de delegação de competências...*”. Seria útil, na opinião do senhor Deputado, acrescentar *aqui*, para ajudar à discussão, a posição dos Presidentes de Junta dos vários partidos para poder ajudar a fundamentar este ponto para se poder fazer aqui uma discussão política sobre o nível de colaboração institucional entre as Juntas e Câmara, neste domínio e noutros. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e em relação a este ponto parece-lhe que a decisão de todos os Presidentes de Junta em conjugação com a Câmara Municipal foi a mais acertada, tanto mais que não são só os Presidentes de Junta de um ou de outro dos partidos que tomaram esta decisão, mas todos. O que parece é que estas leis são feitas a pensar nas Juntas de Freguesia das grandes cidades, como Lisboa e Porto, e que não tem aplicação em espaços como o de Vagos. As Juntas de Freguesia não teriam capacidades, nem humanas nem técnicas, para

dar seguimento a todas estas questões. Eventualmente, todos os serviços que ali estariam em causa de descentralizar mantendo-se na Câmara Municipal parece que não há assim uma distância tão grande que cause grandes dificuldades aos munícipes, sendo certo que a Câmara Municipal nessa matéria tem vindo a preparar, e está a preparar, mais espaços do cidadão, pelo menos mais um, com proximidade. A posição tomada pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal parece ser a mais coerente com as condições que existem. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação a esta matéria, politicamente, há aqui uma surpresa desta aliança entre o PSD e o CDS-PP que deixa pouca margem de manobra para alguma negociação futura entre as Juntas de Freguesias presididas pelo CDS-PP e este Executivo Camarário. O grupo municipal do PS entende que porventura esta decisão das Juntas lideradas pelo CDS-PP merecia mais explicação, não só a esta Assembleia Municipal mas também aos respetivos fregueses. Politicamente este ponto deve ser lido em articulação com o ponto anterior da ordem de trabalhos. Aquilo que há aqui em Vagos é um Executivo que claramente não gosta do processo de delegação de competências, da descentralização administrativa, foi dito aqui desde a primeira reunião, com bastante incómodo pelo tal acordo entre o Líder do PSD e o Primeiro-Ministro de Portugal. O executivo tem usado uma série de argumentos, de estratégias dilatórias no sentido só mesmo em último caso é que aceita algum tipo de competência. Agora, não surpreendentemente, acontece a mesma coisa em relação à transferência de competência para as Juntas de Freguesia. O Executivo Camarário nem quer receber transferências nem quer dar transferências. Quer estar como está, é legítimo e aceita-se a posição, mas é o que está aqui nesta proposta, e recusa-se a perceber que mais competências, nos órgãos autárquicos mais próximos da população, poderiam resolver mais problemas e é bom para todos e nomeadamente para os cidadãos. O senhor Deputado considera muito curiosa a justificação do senhor Presidente da Câmara relativamente a esta proposta. Para além daquilo que foi referido, e que é atendível, diz no ponto cinco que *“atualmente as descritas competências revelam-se como indispensáveis para a gestão direta para o Município”*, ou seja, independentemente de questões de clarificação legal, de procedimentos, de questões financeiras o senhor Presidente de Câmara o que diz é que estas competências devem ser exercidas pela Câmara Municipal. Este Presidente de Câmara não quer fazer a delegação de competências e, depois, com um argumento que é falacioso, que é o ponto oito, porquê? *“Porque importa garantir a igualdade de acesso e tratamento a todos os munícipes, independentemente da Freguesia onde residem ou exercem a sua atividade.”* Enquanto munícipes e enquanto cidadãos, todos têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações, isso não está em causa, e obviamente os cidadãos de Vagos, independentemente de serem de qualquer Freguesia do Concelho, têm todos os mesmos direitos. Agora, justificar-se que para exercer este direito é melhor ter regras iguais para todos, independentemente das características de cada Junta de Freguesia, isto é que é impensável. Este raciocínio, levado a outro nível, também levará o senhor Presidente de Câmara a dizer que não quer condições diferentes de outros Municípios. Do ponto de vista do senhor Deputado esta

justificação política é profundamente errada mas denota bem aquilo que o PSD entende sobre este processo da descentralização administrativa. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referiu que perante o desafio do senhor Deputado Óscar Gaspar, vem aqui falar enquanto Presidente de Junta de Freguesia eleito pelo CDS-PP, sobre aquilo que acha sobre esta matéria. Pegando nas palavras do senhor Deputado Hugo Jorge as últimas palavras da intervenção, que fez há instantes, foi crucial. Quando o senhor Deputado Óscar Gaspar dá a entender que as Juntas de Freguesia poderão ficar reféns de uma decisão de um Presidente de Câmara e coloca em causa o texto em relação às delegações, o que tem a dizer é que desconfiou desta delegação de competências desde o princípio em todo o seu processo, tanto como munícipe, como Presidente de Junta e como cidadão português. Apesar de concordar com a ideia, com o espírito da iniciativa, o corpo da lei, a letra da lei é diferente e há aqui algumas desconfianças, e é isso que o faz ter cuidado. Segundo ponto, este adiamento deste decreto-lei nº57 foi só até dois mil e vinte e um, logo nada impede que a partir daqui, se forem salvaguardadas uma série de explicações e de condições, não haja uma negociação ponto por ponto como deveria ter sido este processo no seu todo desde o início. Em relação ao espírito de diálogo e de colaboração entre a Câmara não se pode pôr toda uma tónica política na gestão daquilo que serão os interesses do Município, dos munícipes e de todas as Freguesias. Só porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão foi eleito pelo CDS-PP não se pode vincular e concordar com uma ideia do Presidente da Câmara Municipal que foi eleito pelo PSD? A colaboração entre a Junta de Freguesia de Calvão e a Câmara Municipal em termos de delegação de competências tem sido pacífica, cordial e institucionalmente boa, portanto, não há nenhum tipo de gestão política. Para que conste, é lógico que colocar toda tónica da gestão política não parece, no exercício de um serviço e de um poder público, para o qual foram eleitos, saudável. Há momentos em que se discorda, há pontos em que se concorda há outros em que se discorda mas é por essa razão que vai agendar uma reunião com o Executivo para esclarecer algumas questões, porque é assim que se deve fazer a gestão da coisa pública. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra e referiu que esta proposta foi apresentada em sessão da Assembleia de Freguesia, no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezanove, e foi aprovada por unanimidade, portanto já prestou provas ao seu eleitorado não tem mais nada a dizer sobre o assunto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que depois das intervenções dos dois Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo CDS-PP não tem mais nada a acrescentar. Eles explicaram aqui muito bem o acordo celebrado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e quatro (24) votos a favor dos grupos municipais do PSD e do CDS, e com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- Entretanto, ausentaram-se da sessão, às vinte e uma horas e trinta minutos, os senhores Deputados Madalena Pinto, Arlindo da Neves e Fernando Julião. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período de intervenção do Público. -----

----- Do público pediram para usar da palavra os senhores Victor Figueiredo e Paulo Gil Cardoso. O senhor Vítor Figueiredo afirmou o seguinte: *“O meu nome é Vítor Figueiredo. Eu vinha falar sobre a comissão de festas, né. Fui eu que tentei organizar, fui ingénuo, tentei organizar, criar uma comissão de festas, tentei arranjar elementos que não fossem nem do CDS nem do PSD, elementos, boa gente. O certo é que a comissão de festas estava a correr bem até que fosse tornada pública. Quando foi tornada pública, as pessoas vieram ter comigo e desistiram. Eu sei que havia elementos que trabalham indiretamente para a câmara, é pá, olhem, eu não posso provar nada. Vale o que vale. Uma coisa é certa, senhor Presidente, quando o senhor sair daí, vou fazer a festa em Vagos. Eu tenho outro assunto que é bastante importante que me aconteceu há tempos e que gostava de contar. Eu há tempos, tive uma reunião com um Presidente da Administração de uma empresa de obras públicas. Eu quando disse, disse lá ao senhor que era de Vagos, o que ele me respondeu: Ó pá, você é de Vagos? Sim. Olha, então é da terra do pedincha. É lá! Pedincha? Sim! O vosso Presidente da Câmara é conhecido pelo pedincha. Eu fiquei assim sem saber o que é que havia de dizer. E eu disse, olhe ser pedincha não é mau, às vezes as obras nem sempre correm bem. Ah! Às vezes é necessário fazer mais do que está orçamentado, e eu disse olhe, é pá, mas ele disse-me: Ó Vítor, mas você não está a perceber, há dois tipos de pedincha, há o pedincha que estica a mão para a frente e há o pedincha que estica a mão para trás. Senhor Presidente, a pergunta que eu quero fazer é o seguinte: o senhor quando, quando a Câmara adjudica obras, o senhor recebe bonificações? É que só isso é que eu consigo entender esta conversa. Muito obrigado.”*-----

----- O senhor Paulo Gil Cardoso usou da palavra para dirigir uma pergunta aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, relativamente à transferência de competências do decreto-lei nº 57/2009. A questão é: *“Porque é que as Juntas decidem recusar receita? Porquê? As competências que estão plasmadas no decreto 57 a maior parte delas já são efetivas e já faziam parte da lei 75/2013, da famosa lei Relvas. As novas competências, as novas transferências que estão ali plasmadas duas delas, pelo menos, dizem respeito a receita para as Freguesias, e muita receita em alguns casos, que é o caso das publicidades, reclames, dos estabelecimentos de comerciais, cafés, restaurantes, etc... Com a receita, com certeza arrecadada conseguiriam, também, recursos humanos para tratar disso em cada uma das freguesias. E, depois, também, a outra que é a ocupação do espaço público que tem a ver com ocupação de esplanadas, por exemplo. Portanto, a minha questão dirigida aos Presidente de Junta, enquanto cidadão, é o porquê de recusarem receita.”*-----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e, no seguimento da intervenção do senhor Victor Figueiredo, atendendo a que foi feita uma insinuação/acusação muito grave, no que diz respeito ao senhor Presidente da Câmara, e o grupo municipal do PSD quer ver essas questões perfeitamente resolvidas, requereu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que seja emitida cópia da ata e enviada ao Ministério Público para investigação. -----

----- O senhor Nelson Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, usou da palavra para responder ao senhor Paulo Gil Cardoso. Assi sendo, começou por dizer como é que se quer que uma Junta de Freguesia, como por exemplo a de Soza, onde ela até já foi Executivo, consegue responder às necessidades dos cidadãos, como no caso da publicidade. Para se passarem as licenças tem de estar a porta aberta e ter pessoal disponível para executar essas funções e as Juntas de Freguesia não reúnem condições para isso. A legislação está feita de tal forma para as Juntas de Freguesia, com um volume e um orçamento, completamente diferente da realidade. As Juntas de Freguesia não aceitam a transferência de competências até dois mil e vinte, com a possibilidade de em dois mil e vinte e um, se estiver adaptada à medida, aceitar. Neste momento, tal qual a lei está, as Juntas de Freguesia não têm sequer capacidade para pensar nas transferências, quanto mais recebê-las. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que de facto assim dá gosto discutir as questões, quando as pessoas se identificam e dizem o que lhe vai na alma. No entanto, muitas das vezes, aquilo que lhe vai na alma implica que, por exemplo, o senhor Victor Figueiredo segunda – feira vá ter novidades do senhor Presidente da Câmara e terá um processo em Tribunal pela difamação que acabou aqui de fazer. O senhor Presidente dirigindo-se ao senhor Victor e disse: *"Sabe senhor Victor eu estou na política há muitos anos, a maior parte das pessoas que aqui estão conhecem-me e conhecendo-me a mim e conhecendo-o a si, eu julgo que farão o juízo de valor que eles entenderem. Agora, eu sou uma pessoa como sempre fui, procuro o bem do meu Concelho. Não me ofende quem quer, ofende-me quem eu sinto que me pode ofender e o senhor não me ofende."* Entretanto, o senhor Presidente da Câmara requereu ao senhor Presidente da Mesa que lhe fosse facultada cópia da minuta da ata onde conste na íntegra a intervenção feita pelo senhor Victor Figueiredo para dar início a um processo junto do Ministério Público e dos Tribunais. -----

----- Entretanto, os trabalhos foram temporariamente interrompidos para audição e transcrição da intervenção do cidadão Victor Figueiredo para a minuta da ata. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente, _____.